Art. 2.º É transferida a importância de 50 000 000\$ do artigo 267.º para o artigo 266.º, capítulo 9.º, da receita extraordinária prevista para o corrente ano.

Art. 3.º Para a efectivação dos créditos especiais abertos pelo artigo 1.º são effectuadas as seguintes alterações no Orçamento Geral do Estado em execução no corrente ano económico:

Orçamento das receitas do Estado

Capítulo 9.º, artigo 266.º «Produto da venda de títulos ou de empréstimos» + 480 000 000\$00

Ministério das Finanças

Capítulo 19.º, artigo 280.º «Para aquisição de acções e obrigações . . .» — 22 200 000\$00

Art. 4.º Este diploma entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 13 de Março de 1961. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — Pedro Theotónio Pereira — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Arnaldo Schulz — João de Matos Antunes Varela — António Manuel Pinto Barbosa — Afonso Magalhães de Almeida Fernandes — Fernando Quintanilha Mendonça Dias — Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias — Eduardo de Arantes e Oliveira — Vasco Lopes Alves — Francisco de Paula Leite Pinto — José do Nascimento Ferreira Dias Júnior — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — Henrique Veiga de Macedo — Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ECONOMIA

Decreto n.º 43 537

Estando presentemente em estudo a legislação que visa facilitar a montagem de automóveis em Portugal, estimulando a incorporação de trabalho nacional, e tornando-se necessário unificar os processos administrativos para o estabelecimento das respectivas unidades industriais, hoje diferenciados consoante se trate de montagem ou fabricação;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É revogado o Decreto n.º 42 669, de 21 de Novembro de 1959, mantendo-se a redacção do quadro 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 39 634, de 5 de Maio de 1954.

Art. 2.º Este decreto entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 13 de Março de 1961. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — António Manuel Pinto Barbosa — José do Nascimento Ferreira Dias Júnior.

Portaria n.º 18 316

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças e pelo Secretário de Estado do Comércio, que, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 38 701, de 28 de Março de 1952, seja fixada em 160 000 t a quantidade provável do açúcar necessário

ao consumo do continente a importar durante o ano cultural de 1961-1962.

Ministérios das Finanças e da Economia, 13 de Março de 1961. — O Ministro das Finanças, António Manuel Pinto Barbosa. — O Secretário de Estado do Comércio, José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Fazenda

Portaria n.º 18 317

Atendendo ao que foi proposto pelo Governo da província de S. Tomé e Príncipe no sentido de ser reforçada a dotação consignada no II Plano de Fomento a «Melhoramentos locais — Urbanização, incluindo a construção de edifícios públicos ou de utilidade geral e abastecimento de água e electricidade a núcleos populacionais», a fim de poder fazer face às despesas inerentes ao desenvolvimento da execução do mesmo objectivo;

Tendo em vista a autorização dada pelo Conselho Económico, em sessão de 3 do corrente:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos dos artigos 11.º, alínea h), 13.º e 16.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946, conjugados com o artigo 5.º do Decreto n.º 40 712, de 1 de Agosto de 1956, o seguinte:

1.º Que o Governo de S. Tomé e Príncipe abra um crédito especial de 13 500 000\$, destinado a reforçar, pela forma que se indica, a verba do capítulo 12.º, artigo 275.º, n.º 5) «Plano de Fomento — Programa de execução da 2.ª fase, 1961 — Melhoramentos locais — Urbanização, incluindo a construção de edifícios públicos ou de utilidade geral e abastecimento de água e electricidade a núcleos populacionais», da tabela de despesa extraordinária do orçamento geral em vigor:

1.ª Dos saldos das contas de exercícios findos	3 000 000\$00
2.ª Do imposto das sobrevalorizações	5 300 000\$00
4.ª Do empréstimo da metrópole, autorizado pelo Decreto-Lei n.º 39 648, de 12 de Maio de 1954	5 200 000\$00
	<hr/>
	13 500 000\$00

2.º Que utilize como contrapartida as seguintes disponibilidades:

a) Saldos das contas de exercícios findos	3 000 000\$00
b) Imposto das sobrevalorizações	5 300 000\$00
c) Empréstimo da metrópole, autorizado pelo Decreto-Lei n.º 39 648, de 12 de Maio de 1954	5 200 000\$00
	<hr/>
	13 500 000\$00

Ministério do Ultramar, 13 de Março de 1961. — Pelo Ministro do Ultramar, Manuel Rafael Amaro da Costa, Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de S. Tomé e Príncipe. — A. da Costa.